

Edital de 1º e 2º Leilão Eletrônico de Imóvel e para intimação das partes e interessados

PROCESSO Nº:	0006544-74.2017.8.26.0562
VARA:	12ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP
JUIZ:	Dr. Rodrigo Garcia Martinez
AÇÃO:	Ação de Cobrança de Despesas Condominiais em fase de Cumprimento de Sentença
EXEQUENTE:	Condomínio Residencial Citta Di Mantova, CNPJ: 07.375.881/0001-74
EXECUTADO:	Vertical Brasil Comercial e Incorporações Ltda, CNPJ: 60.012.291/0001-60

O(A) MM(a). Juiz(a) de Direito, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC, **faz saber que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP nº 912)**, por meio do website: www.alienajud.com.br, levará a leilão para a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo:

EVENTO	DATA E HORA	VALOR
1º Leilão (Valor de avaliação)	Início: 16/11/2026 às 15:00h Término: 19/11/2026 às 15:00h	R\$ 2.484.084,87 (junho/26), a ser atualizado até o mês do término do leilão
2º Leilão (Mínimo de 50%)	Início: 19/11/2026 às 15:00h Término: 09/12/2026 às 15:00h	R\$ 1.242.042,43 (junho/26), a ser atualizado até o mês do término do leilão

O bem será entregue a quem der o maior lance, não sendo aceito lance inferior ao mínimo estabelecido no quadro acima. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

DESCRIÇÃO DO BEM: APARTAMENTO DUPLEX N.º 102, LOCALIZADO NO 10º ANDAR OU 11º PAVIMENTO E NO PAVIMENTO DE COBERTURA, DO "RESIDENCIAL CITTÁ DI MANTOVA", SITUADO À AVENIDA CORONEL JOAQUIM MONTENEGRO, N.º 371 confronta nos dois pavimentos, pelo lado da entrada com hall social dos respectivos pavimentos, por onde tem acesso social e de serviço e com o hall de escadas de acesso do pavimento, pelo lado oposto, com a área livre de recuo voltada para avenida Joaquim Montenegro, pelo lado direito, de quem no mesmo entra, com a área livre de recuo voltada para a rua Bolívia e pelo lado esquerdo com a área livre de recuo da lateral direita do prédio, tendo a área privativa de 154,983m2, área diferente (descoberta e garagem) de 124,02m2: área comum de 117,484m2 e área total de 396,487m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 10,8046% do terreno. AO APARTAMENTO FICA VINCULADA A VAGA N. 18, LOCALIZADA NO ANDAR TÉRREO.

Matrícula	N.º 75.036 – 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos/SP
Contribuinte	Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos/SP sob nº: 79.017.013.020.

ÔNUS DO IMÓVEL CONSTANTE NA MATRÍCULA:

AV. 5	O imóvel foi penhorado nos autos da Ação de Execução Trabalhista, processo nº 1695/2010, movida por Antonio Santos em face de Vertical Brasil Construção e Incorporação Ltda e outos
AV.6	Consta a indisponibilidade dos bens e direitos de Vertical Brasil Construção e

	Incorporação Ltda, referente ao processo n.º 10002534520195020447, por ordem do TST – Tribunal Superior do Trabalho -SP – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo – Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução.
AV. 7	O imóvel foi penhorado nos autos da Ação de Execução Fiscal, processo nº 0003920-90.2014.4.03.6104, em trâmite na 7ª Vara Federal de Santos/SP, movida por Ministério da Fazenda em face de Vertical Brasil Construção e Incorporação Ltda.
AV. 8	O imóvel foi penhorado nos autos da Ação de Execução Trabalhista, processo nº 10002162720195020444, em trâmite na 4ª Vara Trabalhista de Santos/SP, movida por Renato da Silva Santos em face de Vertical Brasil Construção e Incorporação Ltda.
AV. 9	O imóvel foi penhorado nos autos da Ação de Execução Civil, processo nº 00065447420178260562, em trâmite na 12ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, movida por Condomínio Residencial Citta Di Mantova em face de Vertical Brasil Construção e Incorporação Ltda.

DÉBITOS DESTA AÇÃO:

Os débitos totalizam o valor de R\$ 290.286,39 (duzentos e noventa mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), atualizados até o mês de fevereiro/2025.

DÉBITOS DO IMÓVEL:

IPTU – DÍVIDA ATIVA	R\$ 237.484,35 (em outubro/2026)
IPTU - ANUAL	R\$ 11.706,61 (em outubro/2026)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- Conforme Tema 1.134 do STJ, o arrematante não é responsável pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação, nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN, os quais se sub-rogam sobre o preço da arrematação.
- Nos termos do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, no caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.
- Nos termos do art. 1.499, VI, do Código Civil, a hipoteca extingue-se pela arrematação ou adjudicação, devendo para tanto o Credor Hipotecário ser intimado da referida alienação.
- Nos termos do art. 843 do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

DAS CONDIÇÕES: **1.** Os leilões serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, através do website www.alienajud.com.br, por onde serão recebidos os lances, devendo os interessados realizar cadastro prévio na plataforma, mediante fornecimento dos dados solicitados. **2.** O imóvel será vendido em caráter “*ad corpus*”, ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. **3.** O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **4.** Com isso, declara que tem pleno

conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. **5.** Todas as providências e despesas relativas à desocupação do imóvel, bem como à expedição da carta de arrematação, seu registro, pagamento do ITBI, imissão na posse e demais atos necessários, correrão por conta do arrematante, nos termos do art. 901 e art. 903 do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO DO LANCE: O pagamento do lance vencedor será à vista, devendo o arrematante efetuar o depósito do preço no prazo improrrogável de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da alienação judicial eletrônica, mediante depósito judicial em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O não pagamento do lance ou da comissão do leiloeiro no prazo estabelecido será comunicado ao MM. Juízo competente para adoção das medidas legais cabíveis, podendo, ainda, serem submetidos à apreciação judicial os lances imediatamente subsequentes.

DA PROPOSTA PARCELADA: **1.** Nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de avaliação atualizado ou **80% (oitenta por cento)** do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. **2.** Nos termos do art. 895, § 7º, do Código de Processo Civil, a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. **3.** As propostas de compra serão recepcionadas e submetidas à apreciação do Juízo processante, caso o leilão se encerre negativo.

DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO: **1.** A comissão do leiloeiro será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. **2.** O pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de boleto bancário a ser efetivado em favor do leiloeiro, sob pena de desfazimento da arrematação. **3.** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos termos do art. 7º, §3º, da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no website: www.alienajud.com.br. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, ____ de _____ de 2026. Eu, _____, Escrivão (ã) Diretor (a),

Dr. José Alonso Beltrame Junior
Juiz de Direito